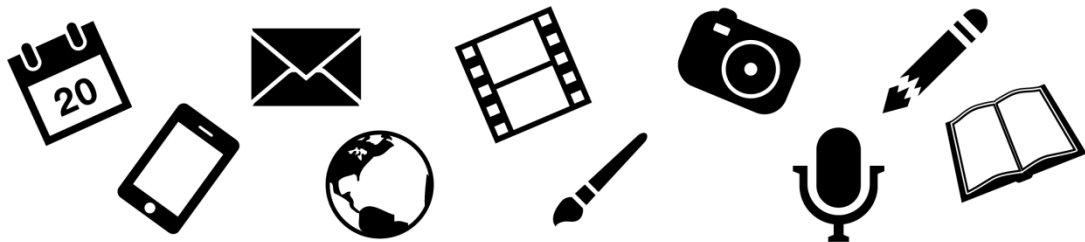




**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING

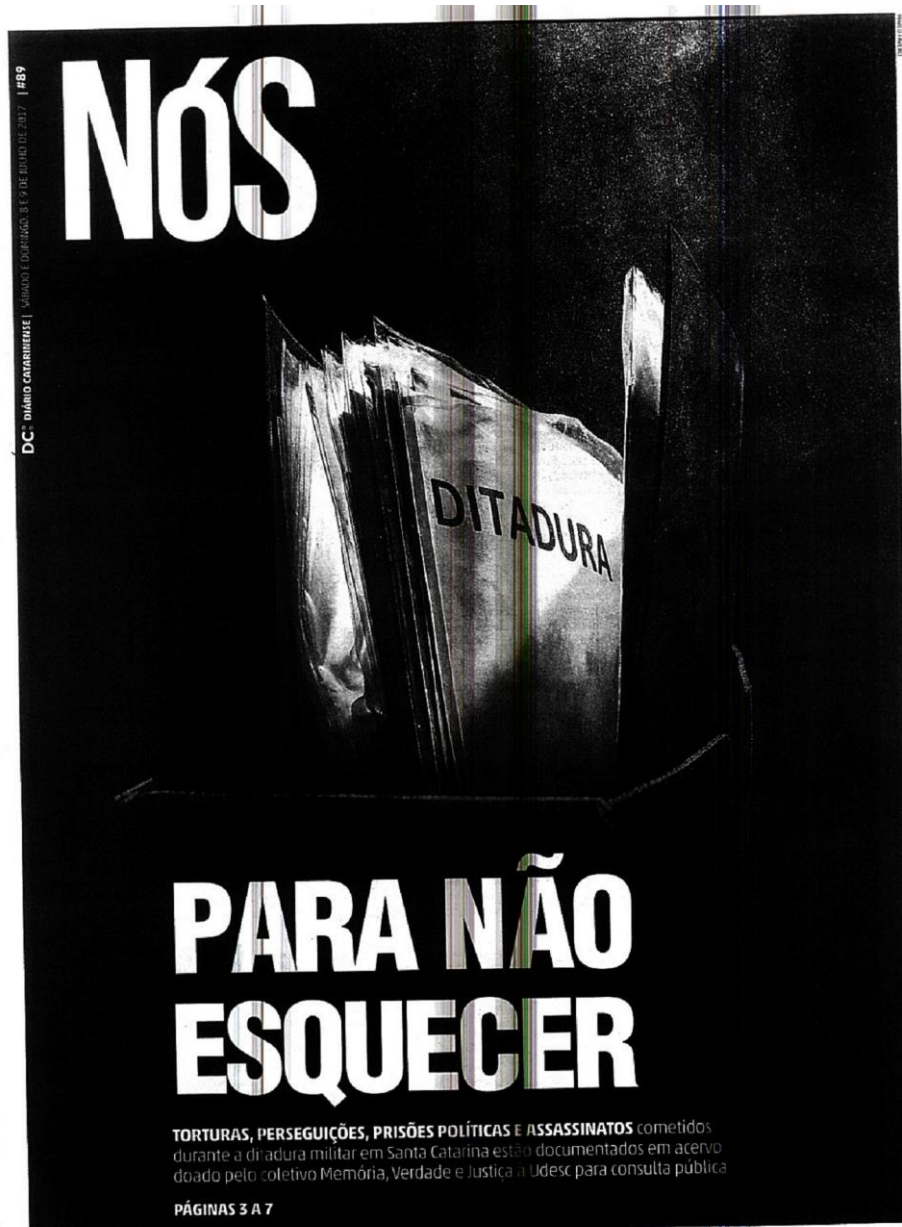


Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

08 e 09 de julho de 2017

Diário Catarinense
Capa e Nós
"Passado presente"

Passado presente / Ditadura / Registros / Santa Catarina / Acervo / Coletivo
Memória, Verdade e Justiça / Udesc / Consulta Pública / 30º Congresso da
UNE / União Nacional dos Estudantes / Gerônimo Wanderley Machado /
Aluno / Direito / Economia / UFSC / Professor





PASSADO PRESENTE

LAUDOS QUE COMPROVAM tortura e morte de presos políticos catarinenses e detalhes sobre os crimes praticados durante a ditadura militar no Estado estão abertos para consulta pública na Udesc

EMERSON GASPERIN
emerson.gasperin@diariocatarinense.com.br

Eleito deputado estadual em 1962 pelo PTB, Paulo Stuart Wright teve o mandato cassado com o golpe militar de 1964. Pelos nove anos seguintes, viveria como clandestino. Exilou-se no México, viajou a Cuba, entrou na Ação Popular, uma das organizações que combatia a ditadura. Há indícios de que ele foi preso pelo Exército e torturado até a morte em setembro de 1973, em São Paulo. Tanto o *habeas corpus* impetrado pelo advogado José Carlos Dias quanto as iniciativas do irmão, o reverendo Jaime Wright, para localizá-lo deram em nada. Seu corpo continua desaparecido.

Ganhador da primeira eleição a prefeito de Balneário Camboriú, Higino João Pio (PSD) foi preso em uma Quarta-Feira de Cinzas, em fevereiro de 1969. Em 3 de março, foi encontrado morto na Escola de Aprendizes Marinheiros, em Florianópolis, onde era mantido incomunicável. Laudo oficial: suicídio por enforcamento. Perícia realizada em 2014: homicídio por estrangulamento, com a vítima sendo colocada no local onde fora encontra-

da “e suspensa por meio de arame após a rigidez cadavérica haver se instalado”.

Os dois casos são os mais emblemáticos das atrocidades cometidas em Santa Catarina ou contra catarinenses pela ditadura que aterrizou o Brasil até 1985. Os dossiês dedicados a ambos contêm o maior número de páginas entre os processos de 700 presos políticos, doados pelo coletivo Memória, Verdade e Justiça à Udesc. O acervo ocupa uma pequena sala no Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas, na praça Getúlio Vargas, ao lado do quartel da Polícia Militar, onde muitos ficaram detidos. A história que os arquivos contam, no entanto, é enorme.

O material é composto também por recortes de jornais e revistas, relatórios e gravações em áudio e vídeo e está disponível para consulta pública desde a semana passada, após meses sendo digitalizado. Formado por familiares de mortos e desaparecidos políticos, ex-presos políticos, estudantes, dirigentes sindicais e militantes de direitos humanos, o coletivo surgiu em 2011 para lutar pelo estabelecimento da verdade histórica e o reconhecimento público de arbitrariedades e crimes perpetrados pelo Estado durante os anos de chumbo.

— Agora está tudo parado, ainda falta o governo fazer muita coisa — diz a coordenadora Derlei Catarina De Luca, também presa e torturada durante o período.

De acordo com ela, das 29 recomendações que a Comissão Nacional da Verdade faz para o governo e a sociedade levarem adiante, muitas não foram seguidas. A lista é grande: admissão de culpa, punição de agentes públicos, proibição das comemorações do golpe, alteração dos concursos públicos para as forças de segurança, modificação nos registros de óbito das vítimas, desmilitarização das polícias militares estaduais, extinção do auto de resistência e introdução da audiência de custódia, entre outras.

Enquanto tais medidas não são adotadas, vale a pena lembrar episódios como a fogueira de livros ateadas em pleno centro de Florianópolis, o drama de torturados e casados, a perseguição aos estudantes presos no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) e os locais que foram usados como prisões, apresentados nas páginas a seguir. Conhecê-los é o único jeito para que não se repitam nunca mais.

FOGUEIRA DA INSENSATEZ

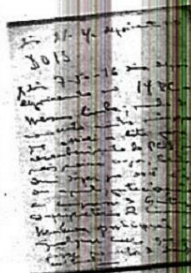
As chamas ardem na calçada. Ao redor, os incendiários incitam curiosos atraídos pelo furdunço a condenar centenas de livros à fogueira. A polícia faz um cordão de isolamento e, impassível, assiste ao papel se reduzir a cinzas. Ensaios, romances, dicionários, enciclopédias, lançamentos nacionais e importados: nada escapa da sanha piromaniaca do grupo. Parece cena de algum filme distópico sobre uma sociedade que perdeu o senso crítico. Mas aconteceu no centro de Florianópolis, três dias após ser deflagrado o golpe militar.

No entardecer de 3 de abril de 1964, uma sexta-feira, um bando de civis alinhados com os métodos de persuasão do novo governo arrombou a livraria Anita Garibaldi, quase na esquina da Praça XV com a Rua Conselheiro Mafra. Frequentado por artistas e intelectuais, o estabelecimento pertencia ao jornalista Fernando Pereira Christino, dirigente do partido comunista no Estado. Era o lugar na Capital onde se encontrava títulos mais à esquerda em ciências humanas e sociais, além do fino da literatura mundial e a produção catarinense.

Naquele dia, o acervo da também conhecida como "livraria do Salim" - em alusão ao escritor Salim Miguel, que a passara adiante em 1959 - foi amontoado na rua e queimado. No domingo seguinte, a capa do jornal A Gazeta trombetaava que "o povo florianopolitano deu provas sobejas de sua fibra democrata, extinguindo um foco pernicioso que há vários anos se instalara em pleno coração da cidade". O antigo dono, porém, só saberia do ocorrido uma semana depois, já preso no quartel da Polícia Militar.

Na véspera da queima, Salim tomava um cafezinho no tradicional Ponto Chic, na rua Felipe Schmidt, quando foi detido. O fato de integrar o gabinete de relações públicas do governo Celso Ramos e chefiar o escritório estadual da Agência Nacional não impediu que ficasse trancafiado até 2 de maio no alojamento da praça Getúlio Vargas com mais 60 pessoas que vinham chegando de todas as partes do Estado. O crime contra a livraria não seria a única - nem a pior - notícia que ele receberia na cadeia.

Lá, o informaram ainda que o contrato com o governo havia sido rescindido e que a esposa, a escritora Eglê Malheiros, estava presa nas dependências do Hospital Militar. Os quatro filhos - o maior com 11 anos, o menor com quatro - ficaram aos cuidados de uma vizinha e da tia Hend, irmã de Salim. Em pouco tempo, Eglê foi manda-



Trecho de diário do escritor Salim Miguel na prisão. Jornal A Gazeta, de Florianópolis registra queima de livros na capa



da de volta para casa e mantida em prisão domiciliar. Como o marido, perdeu o emprego público, no Instituto Estadual de Educação.

Os relatos de ambos constam dos seus respectivos processos, guardados nos arquivos doados à Udesc. Salim conta que, certa madrugada, acordou com a ponta de um fuzil encostada na cabeça. O soldado que empunhava a arma o ordenou que se levantasse. Embarcaram em um jipe com outro oficial e começaram a circular pela cidade. Ao chegar à cabeceira da ponte Hercílio Luz, um deles pergunta qual seria o impacto de um corpo jogado dali. "Só jogando", responde o colega.

"Em liberdade, percebi que Florianópolis era outra. As pessoas se olhavam com receio. A cidade jamais voltaria a ser a mesma", narra o escritor. O casal se mudou para o Rio de Janeiro e voltou somente em 1979. A fogueira e o período encarcerado são lembrados por Salim no livro *Primeiro de Abril*, lançado em 1994. Em 1998, o Estado pagou uma indenização de R\$ 15 mil a ele e de R\$ 20 mil a ela. O proprietário da livraria, Fernando, também preso, levou R\$ 5 mil.

PAIS UNIDOS DO BRASIL

PASSAPORTE PASSEPORT



DÉCADAS DE CHUMBO

- 1960**

3 de outubro | Jânio Quadros (UDN) é eleito presidente da república com 5,6 milhões de votos, a maior votação da história desde então. João Goulart (PTB), o Jango, elege-se para a vice-presidência.
- 1961**

Janeiro | O presidente Jânio Quadros proíbe o uso do biquíni, as rinhas de galo e as corridas de cavalo durante os dias das semanas. Além disso, demite 10 mil funcionários públicos. No dia 31, Celso Ramos assume o governo de Santa Catarina.

Março | Jânio vê motivo de preocupação. O Udenista reata relações com a União Soviética e condecora Che Guevara.
- 1963**

25 de agosto | Jânio Quadros surpreende ao enviar ao Congresso Nacional a carta de renúncia. Até hoje os motivos ainda são obscuros. A oposição se articula para evitar a posse do vice João Goulart.

Setembro | O governador gaúcho Leonel Brizola mobiliza uma reação conhecida como Campanha da Legalidade. Jango assume a presidência no dia 7.
- 1964**

Janeiro | Em plebiscito, a população decide pela restauração do presidencialismo no país. Jango passa a ter maiores poderes e anuncia no mesmo ano o programa de Reformas de Base.

Setembro | O governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, defende um golpe militar para apagar Jango da presidência.
- 1964**

13 de março | Jango realiza o comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, para 200 mil pessoas. Na ocasião, o presidente assina dois decretos. O primeiro consistia na desapropriação das refinarias de petróleo que ainda não haviam sido transferidas para a Petrobras. O segundo, no âmbito da reforma agrária, declarava passíveis de desapropriação fazendas subutilizadas.

19 de março | A oposição organiza a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade em São Paulo, a primeira de uma série de manifestações que até junho reuniria os setores conservadores nas ruas das principais cidades do país.

31 de março | O movimento deflagrado em Minas Gerais pelo general Olímpio Mourão Filho depõe João Goulart, que foge para o Rio Grande do Sul e de lá segue para o Uruguai. Assume o presidente da Câmara, deputado Ranieri Mazzilli.

PRISÃO DO PAI NA MEMÓRIA DE INFÂNCIA

A pesar de terem melhor sorte do que Hígino João Pio, prefeito de Balneário Camboriú morto pela ditadura, os governantes de São Francisco do Sul, Itajaí, Imbituba e Laguna – todas cidades portuárias, com intensa movimentação sindical – também sofreram nas mãos dos militares. No caso de Francisco de Assis Soares, nem a filiação ao partido oficial do regime o livrou da cassação, em 1975. Nos dois anos em que chefiou a administração lagunense, ele construiu escolas nos lugares mais isolados, cedeu 2,5 mil terrenos a quem não tinha casa e promoveu a reforma urbana, entre outras realizações.

— Assim como a direita infiltrava gente no meio da esquerda, meu pai havia entrado na Arena para poder continuar ajudando os companheiros perseguidos. Foi descoberto e o afastaram — diz a filha, Regina Maura.

Não era a primeira vez que a ditadura o punia. Em 8 de abril de 1964, a hoje funcionária aposentada da Assembleia Legislativa (Alesc) se assustou com o barulho de um jipe e dois caminhões passando em frente à casa da família. Dentro da carroceria de um deles estava Francisco, com uma arma apontada para a cabeça. Ao ver a mãe velha de suas quatro meninas, então com seis anos, ele sorriu e piscou. A pequena achou que era brincadeira e correu para pedir à mãe para ir junto com o pai. A esposa entendeu na hora o que estava acontecendo: “Pegaram o Assis!”.

Na época, Francisco era enfermeiro no posto de saúde e participava dos “grupos dos 11”, pequenas células espalhadas pelo país pelo governador gaúcho, Leonel Brizola, em apoio ao presidente João Goulart. Foi solto em 22 de maio “sem entregar ninguém”, garante a filha, com a imagem da passeata da Irmandade de Santo Antônio passando pela rua onde moravam aos berros de “comunistas!” ainda bem viva na memória. Das poucas visitas que lhe fez, ela recorda de ir com o corpo forrado de jornais por baixo da roupa para aquecê-lo na cela fria e úmida da delegacia da cidade.

— Ele disse que só dormia se desmaiasse, porque a luz ficava acesa o tempo todo, e que guardas ameaçavam arrancar suas unhas em busca de confissões.

Em 1969, Francisco concorreu à prefeitura pelo MDB, sendo o mais votado. Mas não foi eleito devido ao sistema de sublegenda, no qual um mesmo partido podia ter mais de um candidato e seus votos eram somados. Já convertido em arealista, venceu o pleito seguinte com quase 70% da preferência do eleitorado. Depois de cassado, ele voltou aos seus afazeres cuidando dos doentes, trabalhou na Alesc e se aposentou. Morreu em 1999, um ano após ser indenizado em R\$ 15 mil pelo Estado — somente pela prisão. O nome do político batiza um conjunto habitacional na entrada de Laguna.

TORTURA E PESADELOS NOTURNOS

Em 22 de janeiro de 1969, o futuro médico Roberto Maciel Cascaes foi decido na saída de casa, na travessa Ratcliff, centro de Florianópolis. Seu destino inicial seria a Delegacia de Ordem Pública e Social (Dops) de Santa Catarina, onde durante horas teria que se equilibrar em cima de latas de leite em pó. Sempre que caía, o jovem de 18 anos era brandido com socos pelo corpo e “telefones” (tapas desferidos simultaneamente nas orelhas) para revelar a qual organização revolucionária pertencia, quem a dirigia e o esconderijo da companheira Derlei Catarina De Luca.

— O que passou, passou, não quero mais mexer nisso — diz ele.

Roberto é vítima de uma das inúmeras histórias de torturas apuradas pelo coletivo Memória, Verdade e Justiça. Sobre o que pretende não mais falar, escreveu no processo em que o

Estado lhe indenizou em R\$ 25 mil: “As consequências mais sérias são de ordem psicológica e emocional. A prisão, a tortura e a clandestinidade imputaram-me sérios abalos psíquicos que me acompanham até os dias atuais.”

Do Dops, os agentes o transferiram para a Penitenciária Estadual e depois para o quartel da Polícia Militar. Após oito dias incomunicável, foi levado para a delegacia em Biguaçu e, dali, à cadeia em Curitiba, seu paradeiro até 31 de março de 1970. Conseguiu concluir o curso de Medicina somente em 1978, mas teve dificuldade em exercer a profissão devido aos “antecedentes criminais” em seu atestado de conduta. Aposentou-se por invalidez em função dos transtornos que lhe foram impingidos. “Ficava arrepiado ao ouvir o barulho de camionetes ou jipes. Os pesadelos noturnos foram uma constante por anos e, às vezes, ainda ocorrem”, anotou.



1965	1966	1967	1968	1969
<p>15 de abril O marechal Humberto de Alencar Castello Branco torna-se presidente da República. Pouco antes, é baixado o Ato Institucional (AI) nº1, cassando 40 mandatos.</p> <p>Dezembro O ano termina com 20 mortos e 203 casos de denúncias de tortura. Por trás da repressão estava o Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em junho e chefiado pelo general Golbery de Couto e Silva.</p>	<p>Outubro O presidente Castello Branco baixa o AI nº 2, torna indireta a eleição e dissolve os partidos. Apenas dois são permitidos: um de situação — a Aliança Renovadora Nacional (Arena) — e, de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).</p>	<p>31 de janeiro Ivo Silveira é empossado governador de Santa Catarina. O vice, Francisco Dall'Igna, é cassado pelo AI-2, sendo substituído por Jorge Konder Bornhausen, eleito indiretamente para o posto.</p>	<p>15 de março O general Artur da Costa e Silva toma posse como presidente da República.</p> <p>26 de junho Oposição e grupos de direitos humanos promovem a passeata dos 100 mil em São Paulo.</p> <p>2 de setembro Diante das denúncias de torturas, o deputado federal Marcio Moreira Alves discursa na Câmara: “Quando o Exército não será um valhacouto de torturadores?”.</p> <p>13 de dezembro O AI nº 5 é publicado. A imprensa é censurada e centenas de pessoas são presas. Há 85 denúncias de torturas e 12 manifestantes mortos.</p>	<p>Agosto Costa e Silva sofre uma isquemia cerebral. Meses depois uma junta militar assume o poder em detrimento da posse do vice, o civil, Pedro Aleixo.</p> <p>4 de setembro O embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Elbrick, é sequestrado no Rio de Janeiro por um grupo de 12 militantes de esquerda. Três dias depois, é libertado em troca da soltura de 15 presos políticos.</p> <p>25 de outubro Com uma nova constituição, o Congresso Nacional é reaberto e elege o general Emílio Garrastazu Médici à Presidência da República.</p>



EM VEZ DE FUTEBOL E METALURGIA, INTERROGATÓRIOS

DOPS ACABA COM CONGRESSO ESTUDANTIL

O 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) prometia. Em outubro de 1968, delegações de todo o país reuniram-se no sítio Muduru, em Ibiúna (SP), para debater o futuro do movimento ante a repressão que endurecia cada vez mais. Com impunha o pesado clima vigente, foi realizado clandestinamente. Mas mal raiou o dia 12, 215 homens da Força Pública e do Dops invadiram a propriedade e prenderam os cerca de mil participantes antes que o novo presidente da entidade – José Dirceu (aquele mesmo), de São Paulo ou Jean Marc, do Rio de Janeiro – fosse eleito. Muitos universitários ainda dormiam, alguns tomavam café, todos foram surpreendidos pela ofensiva. Entre eles, 15 estudantes de Santa Catarina.

— Imagine um bando de jovens desconhecidos indo ao mercado de uma cidadezinha e comprando enormes quantidades de pão e carne. Não tinha como a polícia não desconfiar de que algo suspeito estava acontecendo — admite o professor aposentado Gerônimo Wanderley Machado, 74 anos, um dos catarinenses detidos.

Aluno do Direito e da Economia da UFSC, ele partiu com dois colegas de ônibus para São Paulo. Lá, a orientação era cruzar com uma companheira em local e horário pré-determinado, nos arredores da Consolação. Ela seria identificada pelo exemplar da revista Realidade que carregava embaixo do braço. A senha era perguntar à moça quem era o dono do cinema e ouvir como resposta "o covêdo da cidade". Tudo saiu conforme o planejado e eles foram levados em uma Kombi rumo ao congresso.

No sábado fatídico, Gerônimo acordou com a investida dos policiais. Ninguém esboçou reação. Caminhões com as carrocerias lotadas de estudantes desembarcavam os "passageiros" no Presídio Tiradentes, na capital paulista. Oi-

OS PRESOS CATARINENSES

Derlei Catarina De Luca (Içara)
Edison Andriano (Florianópolis)
Ethy Amaro Lorenzi Filho (Lauro Muller)
Francisco Canola Teixeira (Lages)
Gerônimo Wanderley Machado (Florianópolis)
Gilda Laus (Itajaí)
Inácio Mafra (Brusque)
Markian Getúlio Kalinoski (Joãoaba)
Munir Chamone (Florianópolis)
Paulo Joaquim Alves (Florianópolis)
Roberto João Motta (Criciúma)
Rosemarie Cardoso (Joinville)
Sebastião Hulse (Tubarão)
Valmir Martins (Florianópolis)
Wladimir Salomão do Amarante (Mdeira)

to dias depois, chegaram três veículos da marca Rural Willys com dois bancos de madeira e um estofado, enviados pelo secretário de Segurança do Estado, general Rosinha (Paulo Gonçalves Weber da Rosa), para que os catarinenses retornassem ao Estado.

De volta a Florianópolis, Gerônimo estava apenas começando seu calvário. Por conta do histórico no movimento estudantil, ele seria demitido do banco em que trabalhava e perseguido. Aprovado em concurso para professor de Economia em 1972, teve a contratação indeferida por "determinação superior". No ano seguinte, passou de novo e nem chamado foi. Com uma bolsa do governo francês, mudou-se para Paris para fazer doutorado. No regresso, outro concurso, outra aprovação – e outra negativa. Só nos anos 1980 é que conseguiu, finalmente, ingressar na UFSC:

— Tive que passar três vezes para ser contratado.

Embora não tenham sido criados para servir de presídio político, a utilização de locais como a Colônia Penal de Canasvieiras, a Escola de Aprendizes de Marinheiros, o Hospital Naval e o quartel da PM (todos em Florianópolis) para essa finalidade não surpreende. Afinal, eram instalações militares. O que espanta é saber que a ditadura não poupou nem lugares onde a violência não deveria ser admitida, como deixam claro os arquivos do coletivo Memória, Verdade e Justiça.

Há casos, por exemplo, de interrogatórios e prisões realizados no estádio Heriberto Hülse. De acordo com o mineiro Cyro Pacheco, eles eram levados para lá e permaneciam reclusos até que seus depoimentos fossem tomados. Feita a triagem, aqueles considerados perigosos iam parar no prédio do Plano Nacional do Carvão (atual sede da Fundação Cultural da cidade) e no Colégio Estadual Professor Lapagesse. Há relatos de pessoas que ficaram presas por mais de 45 dias, inclusive sob torturas. Em diversos documentos anexados aos processos do acervo, a escola reconhece que cedia salas para inquérito de suspeitos de comunismo.

Vários testemunhos de presos políticos de Joinville também ressaltam a participação da Fundação Tupy no esquema repressivo. A empresa apoiou o regime desde o primeiro momento. Assim que instituído o golpe, a produção foi paralisada e houve discurso saudando os novos tempos que se avizinhavam. Em abril, os funcionários foram dispensados para engrossar a Marcha pela Família com Deus e pela Liberdade. O envolvimento da metalúrgica com o governo militar era tanto que, em suas dependências, havia até uma sala especial para os fardados. Os operários demitidos por participação político-sindical ou reivindicação salarial tinham a carteira de trabalho assinada com caneta vermelha. Era o código entre os empresários para que nunca mais arrumassem emprego na região.

1971	1972	1974	1975	1979	1983	1985
<p>15 de março SC tem um novo governador: o engenheiro Colombo Machado Salles.</p> <p>Dezembro O ano termina com um crescimento de 11,3% no Produto Interno Bruto (PIB) e inflação de 19,5%.</p>	<p>Setembro A Anistia Internacional, órgão ligado à defesa dos direitos humanos, divulga os nomes de mais de 400 agentes do Estado brasileiro acusados de praticar tortura.</p>	<p>15 de Janeiro O Congresso elege o general Ernesto Geisel para a presidência da República.</p> <p>Agosto Geisel anuncia a meta de garantir a "distensão lenta, gradual e segura". O Brasil reata relações diplomáticas com a China comunista.</p> <p>25 de outubro O jornalista Vladimir Herzog é morto nas dependências do Doi/Codi em São Paulo. No dia seguinte, o operário Manoel Fiel Filho acaba tendo o mesmo destino.</p>	<p>15 de março Antonio Carlos Konder Reis é nomeado governador do Estado.</p>	<p>15 de março O general João Baptista Figueiredo assume a presidência. Em Santa Catarina, o governador da vez é Jorge Bornhausen.</p> <p>Agosto É aprovada a Lei da Anistia, abrindo espaço para o retorno de milhares de exilados. Os efeitos da medida também se estendem aos militares.</p> <p>30 de novembro Visita de Figueiredo a Florianópolis acaba em tumulto e prisão de oito pessoas. O episódio fica conhecido como Novembrobrada.</p>	<p>Novembro Deflagrada a campanha por eleições diretas para a presidência da República. O deputado Dante de Oliveira propõe uma emenda constitucional com essa finalidade, mas o Congresso a rejeita em 1984.</p>	<p>15 de janeiro O ex-governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, é eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral. O avô de Aécio Neves torna-se o primeiro civil eleito para o comando do país depois de 21 anos de ditadura. Morreu em 21 de abril, sem poder assumir o cargo. Em lugar, toma posse o vice, José Sarney. Nasce a Nova República.</p>

Diário Catarinense
Notícias
"Bom começo, futuro incerto"

Bom começo, futuro incerto / Economia / UFSC / Política / Lauro Mattei /
Professor / Economia e Administração / Coordenador do Núcleo de Estudos
de Economia Catarinense



NOTÍCIA ECONOMIA

DIÁRIO CATARINENSE,
SÁBADO E DOMINGO,
8 E 9 DE JULHO DE 2017 6

BOM COMEÇO, FUTURO INCERTO

SANTA CATARINA ENCERROU o primeiro semestre de 2017 com os principais índices econômicos no azul, mas o cenário político nacional ainda mantém uma nuvem de desconfiança que dificulta previsões para segunda metade do ano

LARISSA LINDER
larissa.linder@diariocatarinense.com.br

Há um ano, os empresários viviam em lua-de-mel com o presidente Michel Temer. Os índices de confiança subiam, estimulados pelo impeachment de Dilma Rousseff e pela possibilidade das reformas trabalhista e da Previdência. Em julho de 2016, o clima era de "agora vai" no setor econômico e financeiro do país. Apesar do bom humor do mercado, os escândalos políticos não pararam. Os áudios de Joesley Batista, da JBS, revelaram uma conduta pouco republicana da Presidência, houve prisões de ex-ministros e uma denúncia formal de corrupção chegou pela primeira vez ao Planalto. Os fatos não deixam dúvida que o caminho para a recuperação será tortuoso, mais do que se imaginava. Nada de novo no país do imprevisível.

A economia chegou, sim, a melhorar, ainda que os sinais sejam incipientes. No primeiro trimestre deste ano, o PIB cresceu 1% – graças ao agronegócio – após oito semestres de quedas consecutivas. A inflação, que vinha asfixiando os salários, desacelerou aos poucos, menos motivada por políticas do Banco Central (BC) e mais pela boa safra e queda da demanda em razão do desemprego recorde. Com o consumo interno fraco, as empresas correram atrás do prejuízo no exterior. As exportações nacionais cresceram 19% no primeiro semestre, e as catarinenses, 16%, após dois anos de queda.

Em Santa Catarina, além das exportações, muitos índices passaram do vermelho para o azul neste ano. O IBCR, que mede a atividade econômica, acumulava queda de 4,8% em abril de 2016, enquanto agora registra alta de 24%. A produção industrial caiu 75% nos primeiros quatro meses do ano passado, e de janeiro a abril de 2017 acumulou 3% de crescimento.

Todos esses sinais chegaram a alimentar um clima de otimismo inicial. Porém, o episódio Joesley abalou a confiança geral com a economia do país. O Índice de Confiança Empresarial (ICE), medido pela FGV, caiu 2,1 pontos em junho, interrompendo uma sequência de cinco altas consecutivas. Não é que a situação estivesse fácil antes da delação da JBS. Não se sai de uma recessão da noite para o dia, especialmente para os assalariados que, mesmo quando reabsorvidos pelo mercado, têm a remuneração depreciada. Mas dá para dizer que voltamos ao mesmo cenário de incerteza vivido pouco antes de Dilma ser apeada do poder?

— Estamos em uma situação muito mais grave politicamente, e a política é o que está mais mexendo com a economia. Ainda é cedo para falar, mas desde a divulgação dos áudios (de Joesley) o país parou. Não se investe mais, não se faz mais nada até haver uma definição – avalia o economista-chefe do Banco Modal, Álvaro Bandeira.

**PERMANÊNCIA DE TEMER
AGRADA AO MERCADO**

Para o presidente da Federação das Indústrias de SC (Fiesc), Glaucio José Côrte, não resta dúvida de que o ambiente político emperra o andamento da economia ao adiar investimentos, especialmente porque enfraquece a possibilidade das reformas. O que não significa que os empresários torçam pela queda de Temer:

— Há um sentimento generalizado de que o melhor para o país seria a continuidade do atual governo. Agora, ninguém pode concordar com ilicitudes. Então, todas essas denúncias precisam ser apuradas. Para a economia, o prosseguimento é bem visto, mas sempre com a ressalva de que não pode haver impedimento das investigações.

No diagnóstico de Bandeira, o empresariado preferiria a continuidade e vê a situação no curtíssimo prazo se deteriorar, entretanto a preocupação maior é a médio prazo, com quem vai assumir ou quem vai governar o país até 2018. Mas nem tudo são lágrimas.

— A economia norte-americana está se recuperando, a do Japão também, a China deve fechar o ano com 2,3% de crescimento e a Europa vai bem, então isso pode dar um alívio por meio das exportações. Outra coisa é que muitas empresas se deterioraram e isso já está precificado nas ações. Então qualquer melhora, qualquer medida nova aprovada pelo governo, já é o suficiente para que os mercados mudem de patamar – diz o economista.

Para o segundo semestre é difícil dizer o que esperar. Se em economia prever o futuro já costuma ser arriscado, que dirá no Brasil, onde até o passado é incerto, como teria profetizado o ex-ministro Pedro Malan. O BC estima crescimento do PIB de 0,5%. Já o mercado acredita em 0,39%, segundo o relatório Focus. É esperar para ver.

PAINEL POSITIVO

Comparação de indicadores entre 2016 e 2017



Saldo de empregos

23.653

48.543

FONTE: IBGE, MDIC, CAGED E DESEMPENHO DA INDÚSTRIA

BRUNO BREITHAUP

Presidente da Fecomércio-SC

SC ESTÁ SAINDO DA RECESSÃO? E O BRASIL?

A diversidade econômica de Santa Catarina fez com que nosso Estado fosse o último a entrar em recessão e o primeiro a sair. Os números mais recentes de volume de vendas, divulgados pelo IBGE, apontam que o Estado registrou a maior alta do país (24,5%) em abril na comparação com 2016, enquanto no varejo brasileiro o comportamento foi tímido (1,9%). Duas particularidades catarinenses influenciam no poder de compra: o menor índice de desemprego do país e a renda média mais alta. A geração de vagas e os investimentos ainda precisam avançar, mas dependem bastante da confiança do empresário, que está diretamente ligada ao cenário político.

QUE FATORES AINDA EMPERRAM A ECONOMIA?

O panorama de incertezas e profunda crise política e institucional não permitem ao Brasil planejar a retomada dos investimentos e dos postos de trabalho. A aprovação das reformas estruturantes se torna ainda mais urgente neste momento. Com a modernização das leis trabalhistas, o Brasil se encaminha para uma nova dinâmica. A trajetória mais equilibrada do endividamento público também deve pesar nesta equação.

O QUE É POSSÍVEL ESPERAR PARA O SEGUNDO SEMESTRE NO ESTADO E NO BRASIL?

Apesar do fechamento de vagas em maio, mantemos a liderança com a menor taxa de desocupação no país. As condições de empregabilidade devem começar a melhorar em 2018, visto que Santa Catarina é um gerador de emprego por excelência. Nossa diversificação permite maior mobilidade do emprego entre os diferentes setores e regiões. O comércio catarinense também começa a respirar mais aliviado. Registramos o 6º resultado positivo consecutivo, desempenho que não se via desde setembro de 2015. A consistência destes dados reforça que estamos no caminho da recuperação econômica.

GLAUCO JOSÉ CÔRTE

Presidente da Fiesc

No conjunto dos Estados brasileiros, SC é um dos que têm tido melhor desempenho. O dado mais recente da atividade econômica do Banco Central dá para SC um crescimento de 2,4% contra 0,4% do Brasil, então nós temos um desempenho melhor. Todos os nossos dados, quando comparados com o ano passado, neste ano estão melhores: crescemos no emprego, na produção industrial, e nas exportações foi o melhor mês de junho desde 2011. Santa Catarina está enfrentando a crise com bons resultados. É claro que essa crise política mais recente tende a travar o crescimento.

Nós temos duas questões. Uma, sem dúvida, é a política envolvendo agora o presidente da República, que cria um ambiente de incerteza. Temos sinais de que alguns movimentos para investimento em SC e no Brasil estão parados aguardando evolução da questão política. A outra são as reformas. Temos avanços com a terceirização e o corte de gasto, e tudo indica que a trabalhista será aprovada.

Depende do que vai acontecer na área política, se de fato o país superar de uma ou de outra forma a questão política para reduzir o grau de incerteza que tem hoje. Temos incerteza inclusive quanto ao presente: não sabemos o que vai acontecer até o final do dia. Se essas questões ficarem mais claras, o segundo semestre tende a ser um período melhor que o primeiro semestre.

JOSÉ ÁLVARO CARDOSO

Súpervisor Técnico do Dieese em Santa Catarina

Infelizmente, não. As políticas nacionais determinam as políticas estaduais, em sua maior parte. Economias como a de Santa Catarina (que representa modestos 4% do PIB nacional e 3% da população brasileira) estão sendo fortemente impactadas pelas políticas do governo federal. Tais políticas prejudicam os entes federados e o conjunto da classe trabalhadora. Por exemplo, o nível de atividade econômica. Até o primeiro trimestre de 2017, o país sofreu oito quedas trimestrais seguidas no PIB, a maior sequência da história. Santa Catarina segue na mesma toada: entre 2012 e 2016 a economia catarinense encolheu 1,7% enquanto a brasileira 2%, ou seja, desempenhos desgradamente muito semelhantes.

Temos uma crise econômica inédita no Brasil. O IBGE nunca havia registrado oito trimestres seguidos de recessão. E as políticas do golpe são as que emperram a economia. Por exemplo, a emenda que congela gastos públicos por 20 anos para pagar a dívida. A medida afetará os repasses federais para os Estados e municípios, limitando a capacidade de investimentos e políticas sociais.

A previsão para este ano é de crescimento quase zero. Não haverá redução do desemprego de forma sustentada. Pode haver redução na margem, em função da sazonalidade da economia (segundo semestre costuma melhorar um pouquinho). A retomada do crescimento pressupõe a luta contra o golpe e suas políticas devastadoras. O baixo crescimento causado pela crise e pela falta de perspectivas de retomada elevou a taxa de desocupação de 3,9% em março de 2015 para 6,2% em dezembro de 2016, em Santa Catarina.

LAURO MATTEI

Professor da Economia e da Administração da UFSC e coordenador do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense

A recessão brasileira está se aprofundando e indo em direção a um quadro deflacionário que poderá ser mais maléfico. O IPCA de junho mostra que a economia do país - e por tabela as dos Estados - entrou em deflação, o que não ocorre desde 2006. A deflação é pior que a inflação porque, embora os preços caiam, indica, no caso atual, uma redução expressiva do consumo. Cria-se um cenário muito pessimista uma vez que, acreditando que os preços possam cair ainda mais, parte das pessoas adia ou reduz o consumo ainda mais.

A economia está muito contaminada pela política. Um indicador essencial a ser observado nesse cenário é a taxa de investimentos. Os investimentos privados passaram de 18% do PIB em 2014 para 13,5% em 2016. Com isso, o investimento global caiu de 21% para 15% do PIB nos últimos dois anos. As consequências foram ampliação da ociosidade e o aumento do desemprego.

Por um lado, a crise política tenderá a prevalecer por um tempo ainda imprevisível e, por outro, os instrumentos econômicos essenciais para recuperação - elevação dos investimentos e expansão do consumo - devem se manter prejudicados. Isso revela que a visão conservadora de combater a inflação a qualquer custo nem sempre é o melhor remédio. Como é essa a visão que prevalece no comando da política macroeconômica do país, não se pode esperar muito mais do mesmo.

MARIANNE STAMPE

Professora de Ciências Econômicas da UDESC e coordenadora do Observatório Econômico da Esag

No Brasil, o resultado do PIB para os primeiros três meses do ano indicou crescimento de 1,05% em comparação com o trimestre anterior. No entanto, considerando o acumulado em quatro trimestres, a taxa é negativa, com queda de 2,06%. Ou seja, o resultado foi melhor, mas ainda estamos em um processo de recuperação. Por outro lado, tivemos uma surpresa inflacionária positiva, com inflação acumulada em 12 meses até maio de 2017 em 3,6%, o menor valor em 10 anos. Santa Catarina, em geral, vinha se recuperando de maneira mais rapidamente que o Brasil até a deflação da IBS, mas o país tem diminuído essa diferença. Em virtude da crise política, os resultados positivos podem demorar.

Necessidade de aprovação de reformas, principalmente a previdenciária. Lembrando que se existir uma necessidade de governo ceder a pressões de grupos de interesse e voltar a praticar as políticas da Nova Matriz Econômica, corremos o risco de a equipe econômica atual, que vem obtendo resultados positivos como a queda da inflação e a queda da taxa de juros, não permanecer.

Difícil prever algo diante de tanta incerteza política. Qualquer pessoa que for prever algo nesse momento teria que ter uma bola de cristal.

Diário Catarinense Estela Benetti

“Previmos investir R\$ 2 bilhões este ano. Isso continua”, diz CEO da Engie”

‘Previmos investir R\$ 2 bilhões este ano. Isso continua’, diz CEO da Engie / Engie Brasil Energia / UFSC / Eduardo Sattamini / Pesquisa / Ricardo Ruther / Energia Solar e Eólica / Inovação / Desenvolvimento de baterias

DIÁRIO CATARINENSE
SÁBADO E DOMINGO
8 E 9 DE JULHO DE 2017 **17**

ESTELA BENETTI
ebenetti@diariocatarinense.com.br
(48) 3216-3557

tom.br/estelabenetti

“PREVIMOS INVESTIR R\$ 2 BILHÕES ESTE ANO. ISSO CONTINUA”, DIZ CEO DA ENGIE

empresas tinham concessões muito antigas, esperaram, e o governo, num primeiro momento, fez uma autorização de operação para os mesmos operadores com base nas cotas para as distribuidoras. Agora tem um segundo conjunto de usinas e o governo entendeu que para ajudar o déficit fiscal, pode relicitar estas usinas. Com os ativos da Cemig que serão relicitados em setembro, o governo espera receita de R\$ 10 bi a R\$ 11 bi. A gente tem interesse em olhar e fazer oferta porque é o nosso core business.

A Engie está conseguindo executar os investimentos previstos para 2017?
Obviamente, sempre tem algum atraso, mas eles estão sendo executados. Previmos investir algo da ordem de R\$ 2 bilhões este ano, mais R\$ 2 bilhões para o ano que vem. Isso continua, os atrasos são marginais. Neste não, os maiores investimentos foram na usina Santa Mônica, na solar e na Pampa Sul.

Como está a incorporação da Liran?
Devemos começar a incorporar este ano. A controladora Engie Brasil Participações já contratou o banco Itaú para que ele estruture esta transferência para ser levada para o conselho a Engie Brasil Energia. Esse processo só vai terminar em 2018.

Como vê o cenário para consumo de energia no país?
A gente sente a indústria bastante deprimida em termos de consumo. Isso, de uma certa maneira, para nós não foi tão grave porque a gente teve o fator GSF que é o déficit de geração hidrelétrica, que exige a compra de energia no mercado. Como meus clientes estão comprando menos, a crise me favoreceu porque permitiu equilibrar meu balanço de energia. Tivemos dois anos de situação parecida. Nos preparamos melhor para 2017.

Vocês são sócios da Engie Solar, para geração distribuída. Como ela avança no mercado?
É uma empresa 50% da Engie Brasil Energia. Foi um investimento apostando na energia descentralizada. Vemos que a geração solar vai ter uma importância muito maior. À medida que os custos barateiam, a gente vê mais potencial. Nosso maior foco é a geração solar residencial. Temos um projeto com a Celesc e outro com a Associação Catarinense de Supermercados. Com isso, estamos chegando mais próximo do consumidor, nos preparando para ser uma empresa de massa.

O grupo também atua com tecnologias para cidades inteligentes. Como?
Temos uma empresa vinculada à Engie Brasil, que é responsável pelo centro de operações da cidade do Rio de Janeiro. Em Niterói, ela faz controle inteligente de semáforos, um serviço muito elogiado. Também começa a atuar com iluminação pública inteligente.

APESAR DAS INCERTEZAS NA ECONOMIA, A ENGIE BRASIL ENERGIA, MAIOR GERADORA PRIVADA DO PAÍS, DÁ CONTINUIDADE AOS INVESTIMENTOS PREVISTOS PARA ESTE ANO. QUEM CONFIRMA É O CEO DA COMPANHIA, **EDUARDO SATTAMINI**, QUE LIDERA NOVA FASE DA EMPRESA COM FOCO EM ENERGIAS RENOVÁVEIS E INOVAÇÃO. ENTRE OS GRANDES PROJETOS ESTÁ A POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE HIDRELÉTRICAS EM RELICITAÇÃO FEDERAL E O AVANÇO EM ENERGIA SOLAR. O GRUPO ENGIE NO BRASIL, COM SEDE NO RIO, É UM DOS PRINCIPAIS BRANÇOS DO FRANCÊS ENGIE, QUE FECHOU 2016 COM RECEITA GLOBAL DE 69,6 BILHÕES DE EUROS. A ENGIE BRASIL ENERGIA, BASEADA EM FLORIANÓPOLIS, OBTVEU RECEITA LÍQUIDA DE R\$ 6,442 BILHÕES NO MESMO ANO.

O que mudou na Engie Brasil em função das novas estratégias do grupo?
Primeiro a gente pensou em como alinhar a Engie Brasil Energia à estratégia da Engie Mundial. Fizemos uma reorganização e trouxemos para dentro da área de estratégia a inovação e a informática, que a gente passou a chamar de tecnologia da informação e digitalização. A nossa ideia é desenvolver soluções digitais para redução de custos, melhoria de operações e criar um ambiente favorável para que a gente possa se inserir em novos modelos de negócios que estão cada vez mais digitais.

Nas áreas de digitalização e inovação, o que vem fazendo?
A gente incluiu digitalização e inovação na área estratégica da empresa. Na inovação, um dos nossos maiores projetos é o desenvolvimento de baterias ligadas às instalações que temos nas plantas de geração solar e eólica em Capivari de Baixo. Estamos investindo R\$ 24 milhões neste projeto. O principal parceiro nas pesquisas é o professor Ricardo Ruther, da UFSC. Vamos testar bancos de baterias em regimes diferentes. Com o avanço da geração solar e eólica, bateria passa a ter um papel fundamental. Por isso, entender bem o funcionamento de baterias nos possibilitará a desenvolver soluções ao mercado. A gente não fará apenas baterias de grande porte, mas também de pequeno porte, algumas para suportar falta de energia solar em residências.

E o projeto do Link Lab na Acente?
A ideia é trazer inteligência externa de pessoas que não têm a mesma maneira de pensar que nós e que têm viés tecnológico que possa contribuir para a nossa atividade. Estamos selecionando startups dentro de um conjunto de objetivos para desenvolver tecnologias aplicáveis ao nosso negócio. A ideia do Link Lab é se inserir nesse ecossistema tecnológico de Florianópolis, aproveitar inteligência e fazer inovação aberta, de fora para dentro.

O que a companhia tem de novo em geração de energia?
Iniciamos as obras em grandes escalas de plantas solares. A gente começou a construção de Açú no Rio Grande do Norte este ano. Também iniciamos nova planta eólica na Bahia, de 326,7 MWs instalados. A gente tem olhado aquisições na área de renováveis, como usinas não convencionais (eólicas, solares e PCHs) e também, para o futuro, estamos olhando a relicitação de ativos de hidrogeração, como os da Cemig, de Minas Gerais. Estamos olhando fontes renováveis e nos afastando da geração a carvão, sem destruir essas usinas térmicas.

Como está o processo de venda das térmicas a carvão?
Iniciamos processo para vender o complexo Jorge Lacerda (SC) e a Pampa Sul, que está em fase de construção no RS. Temos 15 interessados. Quanto tempo vai durar este processo? Vai depender da nossa capacidade de tirar dúvidas. A gente não tem pressa. A Jorge Lacerda é lucrativa e a Pampa Sul também será.

No caso de relicitação, o que vocês estão olhando?
Tem a Cemig, Cesp e a Copel. Essas



"Falta de apoio a evento gera polêmica no Estado"

Falta de apoio a evento gera polêmica no Estado / Universidade / UFSC / Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação em Santa Catarina / Fapesc / Raça / Relações Raciais / Negro / Centro de Ciências da Educação / CED / Universidade Federal de Santa Catarina / Joana Célia dos Passos / Congresso de Pesquisadores Negros / Copene Sul / Associação Brasileira de Pesquisadores Negros

SUA VIDA | UNIVERSIDADE

Falta de apoio a evento gera polêmica no Estado

FUNDAÇÃO DE AMPARO à Pesquisa de Santa Catarina negou recursos a evento da UFSC por ter "exclusivamente representantes de uma só raça"

GABRIELE DUARTE
gabriele.duarte@diariocatarinense.com.br

"É um momento muito importante, que congrega diferentes áreas de pesquisa, universidades, pesquisadores e pesquisadoras que vão trazer elementos de como a população negra do Sul do Brasil tem participado do desenvolvimento, do patrimônio e da memória da região Sul. Vai ser um prazer receber a todos e a todas que se interessam na temática das relações raciais".

É assim que, em uma mensagem em vídeo, a professora do Centro de Ciências da Educação (CED) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Joana Célia dos Passos convida o público a participar do Congresso de Pesquisadores Negros (Copene Sul), que começa na próxima segunda-feira em Florianópolis. No entanto, a terceira edição do evento promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadores Negros teve financiamento nega-

do pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação em SC (Fapesc), que alegou que "da forma como está formatado, sobretudo, a programação envolve exclusivamente (ou quase) representantes de uma só raça", conforme e-mail enviado à comissão organizadora.

Para realizar o III Copene Sul na UFSC, foram solicitados à Fapesc, via chamada pública, R\$ 15 mil para cobrir custos com hospedagens e alimentação de 15 palestrantes durante os quatro dias de evento. A nota 8,79 dada pela comissão que avalia cada pedido foi insuficiente para garantir a verba ao evento.

Foram evidenciados "pontos fortes" e "pontos fracos" como justificativas para a decisão. Passaram positivamente o fato de estar a ser a terceira edição do encontro e, portanto, tratar-se de "equipe experiente", além de haver uma "temática definida". Contudo, a análise negativa preponderou. Mesmo reconhecendo a relevância, a fundação indica que o congresso "deveria ser mais abran-

gente e integrar outros segmentos acadêmicos que estudam a cultura afro-brasileira e afro-descendente. Secundariamente, também foi apontada uma questão relacionada ao orçamento apresentado: "fortemente baseado em refeição".

A programação do Copene Sul não está composta apenas por pessoas negras, conforme é possível observar no site do evento, se considerada somente a ideia biológica (de raça vinculada à cor de pele, por exemplo). A situação motivou a comissão organizadora a mover um recurso e solicitar esclarecimentos à fundação em 25 de maio. Quase um mês depois, em 20 de junho, a Fapesc retornou, mas manteve o posicionamento inicial.

A indefinição se manteve e, agora, o caso foi protocolado pela organização do evento no Ministério Público Federal (MPF). O congresso acontecerá normalmente a partir de apoio da Capes, UFSC, Udesc e Sindprey, além das taxas de inscrições dos participantes.

Professora critica entidade

Em entrevista ao *Diário Catarinense*, a professora Joana dos Passos defende que esse é um exemplo claro de como o racismo está institucionalizado na Fapesc, que é a principal fundação de fomento à pesquisa em SC.

- Quando pedimos a reunião, não foi para solicitar alteração do parecer. Era para que a Fapesc compreendesse o que estava fazendo ao assumir para si e tornar público no meu e-mail aquele parecer. Apresentamos o que é a associação e no que consiste o congresso, mas há um despreparo das pessoas nessas funções do poder público em reconhecer que o Estado de SC é formado por uma multiplicidade de identidades e pertencimentos. Eles sugeriram trocar a palavra "raça", por "segmento", mas isso não resolve o racismo institucional que está materializado - argumenta.

A presidente da organização do Copene Sul também questionou o critério de avaliação utilizado que, segundo ela, não se repete em outras proposições feitas à agência de fomento estadual, já que existem eventos cuja programação é composta somente por pessoas brancas.

- Nós fizemos um levantamento dos projetos financiados pela Fapesc e não encontramos esse mesmo critério. Propomos um edital específico para pesquisadores negros, negras e indígenas para fomentar eventos e pesquisas com esse recorte, porque acreditamos que essa é uma forma de trabalhar ativamente para a superação do racismo - disse.

Fapesc se defende

A Fapesc defende-se das acusações de racismo feitas nas redes sociais a partir do compartilhamento da nota de repúdio do Centro de Ciências da Educação da universidade sobre o caso. Em nota, a fundação afirma que, apesar da limitação orçamentária de 2016, apoiou a realização de 162 eventos técnicos científicos. Fez questão de destacar alguns deles, que evidenciam a temática racial como o Encontro Estadual de História da Associação Nacional de História, a Educação e cidadania na perspectiva étnico-racial e o Seminário Educação, Relações Raciais e Multiculturalismo.

Especificamente sobre o Copene Sul, a Fapesc diz que "repudia especialmente o racismo e lamenta que a ele tenha sido associada, injustamente, por conta de nota veiculada em redes sociais na quinta-feira".

Além disso, a fundação disse que "não reprova nem desmerece quem não teve acesso a seus poucos recursos. A proposta de evento concorreu com 87 outras - o total demandado beirava R\$ 1,5 milhão. Como o programa Proeventos contava apenas com R\$ 686 mil naquele momento (...), a fundação conduziu rigorosamente o processo seletivo mediante pareceres de consultores que avaliaram os mais variados aspectos (...) e conseguiu destinar recursos a 50 eventos. Lamentavelmente, a proposta do III Copene Sul do Brasil não obteve a nota suficiente para receber o apoio, apesar da importância de sua temática".

Notícias do Dia
Capa e Plural
"Tim-tim Frida"

Tim-tim Frida / Bar feminista / Frida Kahlo / Juliana Milioli Zaniboni / La
Kahlo Bodega / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina /
Antropóloga e Professora / Sônia Maluf



IMAGEM REPRODUÇÃO



Frida Kahlo, o rosto que virou a marca do feminismo, por ter rompido com padrões na sua época

La Kahlo Bodega, primeiro bar feminista de Florianópolis, será inaugurado no mês do aniversário de Frida

ALINE TORRES

Especial para o Notícias do Dia

Ana desistiu do salto alto, do vestido colado e do batom vermelho. Saiu de casa basiquinha para evitar o assédio, sabe como é?

Joana queria destruir apenas de sua companhia em um bom bar da cidade, mas temeu dar azar às cantadas babacas - estilo "mulher sozinha está disponível" - e ficou em casa, sabe como é?

Lucia queria aproveitar o papo e o beijo bom da sua namorada, mas sabe bem como é, mostrar afeto em público é fácil somente para casais heterossexuais.

Julia queria beber sem tréguas. Flavia opinar sem amarras. Caroline ir para rua sem medo. Juliana Miliali Zaniboni, 32, queria que as vantagens dessas mulheres, fictícias apenas nos nomes dados pela reportagem, fossem possíveis.

Com esse intuito, ela irá inaugurar nos próximos dias, na avenida Herólio Luz 633, no Centro de Florianópolis, a La Kahlo Bodega, o primeiro bar com temática feminista de Florianópolis - e que promete ser uma revolução.

O mês não foi escolhido à toa. Na última quinta-feira (6) foram comemorados os 110 anos de Frida Kahlo, ícone do feminismo e uma espécie de Mulher Maravilha para Juliana. Durante esse mês há festividades em vários lugares do mundo, sobretudo, no

México, para celebrar a pintora.

Não é diferente na La Kahlo. Logo na entrada há dois quadros com imagens da artista e um grafite traçado por três muralistas amigas de Juliana: La Rata, Baghi e Japz.

"Toda representa as mulheres batalhadoras. No nosso mural, ela segura o pincel como símbolo da história de quem usou a arte como forma de resistência, expressão e emancipação.

Adicionamos as cores do arco-íris, da bandeira GLBT, por que defendemos a pluralidade", explicou.

Apesar de se tornado uma bandeira pop, Juliana gostaria de resgatar a Frida integral. Uma mulher mexicana, com fortes traços indígenas, deficiências físicas e de uma conduta que rompia com os padrões da época. Era uma revolucionária de esquerda e bissexual.

Para antropóloga e professora da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) Sônia Maluf essa valorização da real identidade da artista vai à contramão do mercado. "O que a indústria faz é uma higienização, uma esvaziamento político e no final também estético", disse.

Esse reajuste cultural na imagem transgressora de Frida, no entanto, é visto como um tiro no pé para os estudiosos e admiradores de sua obra. Contrapõe, justamente, com a força da sua arte, que era se

desnudar. Fazer das telas um diário.

Frida se encaixa no movimento contemporâneo ao fazer do pessoal o político. Essas são lutas atuais. Dar voz às questões que envolvem o corpo, a casa, as relações familiares", contextualizou a professora.

"Também há uma força provocativa nos seus quadros, ela nunca quis ser maior do que a vida, pintou a si mesma e, por isso, emociona tantas pessoas", disse.

As principais obras de Frida são seus autorretratos. Feministas ainda se interessam pela sua obra porque foi capaz de expressar, plasticamente, uma rebeldia contra uma feminilidade imposta.

Não depilou as sobrancelhas, não vestia os trajes parisienses da moda, ora se apresentou andrógina, ora pintou cenas de parto, abortos, assassinatos de mulheres, coisa que pouco se expõe nos museus mundo afora.

COM- Fric

DANIEL CALABROZANI





Juliana Milioli Zaniboni, a proprietária da La Kahlo Bodega, que vai ter cerveja de litrão, tequila, fraldário, segurança, ou seja, para atender todas as mulheres

TI

la

“

Esse é o caminho que queremos trilhar, quanto mais mulheres inseridas melhor, vejo o bar como uma militância

Juliana Milioli Zaniboni, proprietária do La Kahlo Bodega



Frida nasceu em 6 de julho de 1907 em Coyoacán, no México

Lugar de mulher é na obra

Uma só mulher não faz revolução, nem bar. Sendo assim, Juliana contou com a ajuda de mais de doze amigas para por em pé seu tão sonhado espaço. Como Julia Keller, 37, que com tijolos e cimento ergueu no punho o balcão do bar. Quem disse que lugar de mulher não é na obra? E Lía Pelizzon, 24, uma virgiana perfeccionista que quase gastou o vidro da fachada de tanto esfregá-lo, enquanto a entrevista acontecia.

Esses episódios retratam a ideologia da La Kahlo Bodega, que é justamente congregar o trabalho de diversos braços: Músicas, artesãs, cozinheiras, cervejeiras serão bem-vindas na casa.

As atendentes serão Julia e Lía. E a La Bodega funcionará de segunda a sábado das 14h às 22h nos primeiros três meses. Depois se estenderá até a meia-noite.

E nos sábados serão espalhadas mesas pela avenida Hercílio Luz, uma das mais charmosas do Centro. A data de inauguração será divulgada na fanpage LaKahloBodega.

Já as comidinhas serão por conta da cooperativa vegana Gato Preto. Dois ativistas trans, Jasper e Juno irão preparar doces e salgadinhos sem produtos animais, como a coxinha de jaca. Também serão servidas cervejas em litrões a preços justos e uma boa tequila: Salve Frida!

Outro detalhe bacana será o trocador para bebês, coisa rara nos bares da cidade.

“As mães têm o direito de relaxar, tomar uma cervejinha, mas sem o local apropriado para trocar as fraldas dos seus filhos muitas ficam em casa”, observou Julia.

“Esse é o caminho que queremos trilhar, quanto mais mulheres inseridas melhor, vejo o bar como uma militância”, disse Juliana, que começou sua história com o feminismo antes da teoria.

Quando criança ela se irritava com a maneira como o avô tratava a avó e o pai tratava a mãe e começou a questionar. “Eu ficava braba com aquela coisa de ‘lava a louça’, ‘pega comida’, eu brigava muito, dizia ‘lava a louça tu, vó’, essas coisas. Daí comecei a ler, problematizar o assunto”, contou.

Aos 17 anos, a “estranha da família” foi morar sozinha e se envolveu com os movimentos feministas, como a Marcha das Vadias, a Marcha das Mulheres e congressos GLBT. Ela estudou naturologia, mas a vontade de abrir um bar se tornou maior que o amor pela profissão, justamente, pelo ativismo entranhado em si. Sua prioridade? “A segurança das clientes”.

“O homem vai para o bar relaxar, a mulher está sempre preocupada. É um risco sair sozinha, é um risco ficar bêbada, é um risco voltar para casa, é um risco a escolha da roupa, é um risco receber cantada e é um risco negar a cantada, por que muitos homens não aceitam um não. Queremos um espaço sem essas tensões, com respeito, amor e aceitação”, disse.

E se na La Kahlo houver assédio? “Não vai passar despercebido”, garante Juliana. “Aqui o cliente nem sempre tem razão, mandamos vazar e ajudamos no BO [boletim de ocorrência]”, diz Julia.

“Mas os homens não precisam se preocupar. Essas reações extremas só serão tomadas com aqueles que não respeitam as mulheres - e portanto, nem deveriam ter saído de casa. Sabe como é?”

Notícias do Dia Plural

“Da performance à fuleragem”

Da performance à fuleragem / Ensaio / UFSC / Professora / Artes Cênicas /
Dirce Waltrick do Amarante / Arte

Da performance à *fuleragem*

Ensaio. Conceito, sem o ‘i’ mesmo, desdobra o termo performance para abraçar a arte desse tempo

DIRCE WALTRICK DO AMARANTE*

O que é arte, mais especificamente, o que é arte contemporânea? Essa é a pergunta feita pelo novo público a respeito dessa nova arte. Para o crítico de arte inglês Will Gompertz, trata-se de um problema de compreensão e, não importa que você seja um *marchand* estabelecido, um acadêmico de vanguarda ou um curador de museu, qualquer pessoa pode se sentir perdida diante da arte de seu tempo, aquela que acabou de ser concebida. No entanto, prossegue Gompertz, para compreender a arte – e não julgar se ela é boa ou ruim, pois o tempo falará por nós – é preciso compreender “por que ela se encaixa na arte contemporânea”, deve-se conhecer suas regras e a história da arte.

Deixemos, então, o tempo julgar o conceito de fuleragem (que vem da palavra fuleiragem, com i), um desdobramento do termo performance que se tem usado recentemente, e busquemos compreendê-lo.

O termo fuleragem foi criado pelo Grupo de Pesquisa Corpos Informáticos, coordenado pela professora Maria

Beatriz de Medeiros, da Universidade de Brasília, e não seria, nem obra de arte nem acontecimento, mas sim, “ocasião (oca grande), acaso e improviso”, que “se dá por parasitagem na paisagem física ou virtual, com participação iterativa do espectador que dança, canta, pula corda ou se excita na frente da enceradeira vermelha”.

No dicionário, a palavra fuleiragem está ligada à esbôrnia, presepada, bafafá, banzé, briga, confusão, desordem, tumulto e indisciplina. E o fuleiro seria o “indivíduo reles, à toa, sem valor, insignificante, medíocre” ou “que não tem refinamento ou demonstra falta de bom gosto” ou ainda “aquele em que não se pode confiar”, como lembra Fabrício Gastaldi, que se dedica a estudar o termo fuleragem nos movimentos LGBT.

A fuleragem surgiu em razão de alguns artistas e grupos performáticos não se sentirem mais contemplados pelo uso do conceito de performance, “que, por mais escorregadio que seja, tem sido amplamente divulgado principalmente nos meios artísticos e acadêmicos com certa inclinação a definir esta linguagem”, afirma Maria Eugênia Matricardi.



Grupo de Pesquisa Corpos Informáticos, de Goiânia, criou o termo fuleragem

Portanto, prossegue Matricardi, “o conceito de fuleragem não busca definição exata. Este converge com a indisciplina da linguagem performática, no entanto, despreza a estratificação de um conceito sedentário e acadêmico, prefere a precariedade, a gambiarra, o nomadismo vagabundo que transita, trai e contamina”.

Beatriz de Medeiros fala da fuleragem enquanto “arte como vida, arte como mundo, arte como estratégia visual; arte para dançar, para protestar, ou simplesmente como

fuleragem. Arte como alívio, arte como percepção e afeto. Outros caminhos: simples perambular que gera arte [...]”.

A fuleragem é uma arte que pretende falar de seu tempo e dialogar com seu público, é uma arte que pretende ser ruidosa, rebelde e divertida.

Já dizia Antonin Artaud, “o teatro em si, o teatro destacado do resto, não me interessa”. Ao teatro, cabe retomar a inquietude em todos os planos.

*Professora do curso de Artes Cênicas da UFSC.

Notícias do Dia
Plural
"A cidade poliglota"

A cidade poliglota / FAM / Florianópolis Audiovisual Mercosul / Curta /
Larfiagem / Gabi Bresola

10/11 | NOTÍCIAS DO DIA | FLORIANÓPOLIS, SÁBADO E DOMINGO, 8 E 9/7/2017

Curta que arrebatou o último FAM, "Larfiagem", de Gabi Bresola, fala sobre o idioma inventado em Herval d'Oeste

A cidade

PAULO CLÓVIS SCHMITZ
pc@noticiasdodia.com.br

Impossível assistir a "Larfiagem", o filme mais premiado do último FAM (Florianópolis Audiovisual Mercosul), e não se render ao interior. Ainda que a diretora Gabi Bresola relate discriminações pelo fato de ter nascido tão longe, é na beira dos rios, à margem de estradas de ferro e nas brincadeiras de crianças das pequenas cidades que se moldou muita gente capaz, como ela, de ver o mundo por uma perspectiva mais ampla que a do típico homem urbano. Ou será que a genialidade criativa dos personagens do curta-metragem encontraria terreno fértil para se manifestar na paisagem turbulenta da metrópole?

"Larfiagem" é produto do retorno à infância e adolescência da cineasta, que não viveu na época dos acontecimentos que recitou, pela voz dos protagonistas, mas da qual ouviu falar e cujos vestígios teve a oportunidade de registrar na memória. Nos anos de 1950, em Herval d'Oeste, no Vale do Rio do Peixe, um grupo de garotos que engraxavam sapatos, carregavam malas e surrupiavam frutas nos quintais alheios criou uma maneira própria e peculiar de se comunicar. Sem mesada, eles usavam o artifício de inverter a ordem das sílabas e agregar letras a palavras conhecidas para obter a melhor renda possível com os pequenos serviços que prestavam aos viajantes que desembarcavam na estação ferroviária da cidade.

Também usavam palavras como "sormia" (moça), "minercio" (cinema), "giriube" (gibi) e "trenisio" (trem) para escapar da vigilância paterna e passar o dia nas águas do rio, nas matinês com os heróis do faroeste ou nos campos de pelada. E, naturalmente, para falar mal dos padres e professores e bem das meninas da mesma idade. Aqueles garotos – eles tinham de sete a 15 anos – cresceram, viraram trabalhadores e hoje, acima dos 70, contam como era a vida em Herval e Joaçaba,



A diretora do documentário Gabi Bresola reencontrou uma história que ouviu falar desde criança

no outro lado do rio, naqueles tempos em que a ferrovia era a ligação de todos com o mundo. "Eles falavam olhando para o céu, estavam felizes e se emocionaram com a chance de discorrer sobre a linguagem que criaram há tanto tempo", diz Gabi Bresola.

Se foram um produto da malandragem do momento, as tramas que estão em "Larfiagem" devolveram aos depoentes e à cidade de Herval d'Oeste a autoestima que o fim da estrada de ferro e o empobrecimento material e cultural haviam minado. Esta semana, após levar o filme às escolas públicas do município, Gabi foi homenageada na Câmara de Vereadores, junto com parte da equipe e sobreviventes do grupo que "larfiava" pelas ruas há mais de 60 anos.



A linha do trem guia o filme. Abaixo, esquema (difícil de compreender) da língua

D O I S = Z

de poliglota



Os "catedráticos" da língua Larfiagem, inventores ou falantes, tinham entre 7 e 15 anos e hoje têm por volta de 60 a 70 anos. "Idioma" chegou a ser falado por quase 500 pessoas



O barbeiro Tomaz Pereira o Torresmo, larfeia com os clientes, como Bruno Rogério Espada

Até marchinha de Carnaval

Tendo a linha de trem como fio condutor (o filme começa e termina com um passeio sobre os trilhos abandonados), "Larfiagem" reúne personagens matreiros e engraçados que criaram até marchinhas de Carnaval e entoavam, no idioma inventado, um clássico da velha música sertaneja, "Boneca cobiciada", sucesso nacional em 1956. Se há 60 anos cerca de 500 pessoas chegaram a "larfiar", hoje entre 30 e 40 resistem e retomam a prática quando se encontram, em cumprimentos festivos ou na malícia sempre presente nas conversas masculinas. A influência dos descendentes de italianos e alemães que ocuparam a região, vindos do Rio Grande do Sul, aparece no sotaque dos entrevistados – embora os principais falantes fossem negros.

Quando o poeta Dennis Radünz lhe disse, em conversa informal, "isso dá um filme" é que Gabi Bresola percebeu que tinha um belo tema nas mãos. Aproveitou o Edital Catarinense de Cinema de 2013, teve o apoio de Radünz na pesquisa, e fez a inscrição. Ganhou o prêmio e executou o projeto com R\$ 40 mil, mais os apoios de hoteleiros e comerciantes locais. Juntou os depoimentos a fotos das décadas de 1950 e 1960 e conseguiu finalizar o filme este ano.

Fã do melado, da chimia e do chimarrão, Gabi mantém e reverencia os hábitos do interior como se ainda morasse em Herval d'Oeste. Artista visual, ela lamenta que sua cidade, como tantas outras, tenha desconsiderado a questão cultural. De sua parte, já começou um curta-metragem sobre Teixeira, radialista conhecido em Herval que faz matinês para pessoas da periferia num local segregado e marcado por preconceitos. "É um lugar incrível, de gaiteiros e trovadores, que já existia quando eu era menina", conta ela. Quanto a "Larfiagem", será oficialmente lançado em agosto em Florianópolis. Enquanto isso, o DVD pode ser adquirida pelo site www.ombuproducoes.com.

GRADUO

Palavras e expressões da "larfiagem"

Um: urco

Dols: zordio

Amor: rolmo

Banho: rãmbio

Sapato: canaprácio

Sabão: sarompe

Repolho: relópio

Polenta: orpienta

Ponte: tchompe

Palhaço: larplação

História: linórstia

Pão: rompe

Salame: larciame

Bola: lórbia

Cigarro: crivo

Fósforo: foríncio

Graxa (de sapato): engrareuche

Vinco e cinco: tive críncio

Esse homem é de fora: cerde mome é de lórbia

Filho da parteira: firfio da paretcha

Notícias do Dia Caminhos da natureza "Algas gigantes no litoral"

Algas gigantes no litoral / Biólogos / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Laboratório de Ficologia / Manuela Batista / Professor / Paulo Horta / Departamento de Botânica

20. NOTÍCIAS DO DIA
FLORIANÓPOLIS, SABADO E DOMINGO 8 E 9 DE JULHO DE 2017

ENGIE

CAMINHOS
DA NATUREZA

Algas gigantes no litoral

Biólogos da UFSC investigam aparecimento de espécies em mares gelados na praia do Campeche

Biólogos do Laboratório de Ficologia da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) estão investigando o aparecimento de algas gigantes típicas de mares frios e antárticos em Florianópolis, na praia do Campeche.

De acordo com os pesquisadores, os exemplares das algas *Macrocystis pyrifera* e *Durvillaea antarctica* chegaram ao litoral catarinense em setembro de 2016, cerca de uma semana após o maior ciclone extratropical do ano, que aconteceu no litoral da Argentina e do Uruguai e atingiu também o Rio Grande do Sul.

Essas espécies formam imensas florestas submersas e podem chegar a 45m de comprimento. Na pesquisa, as algas chamaram atenção pelo tamanho e peso atingido — chegando a 1,5m e 1,9 kg —, quando as maiores espécies de algas que vivem no litoral brasileiro chegam a 50cm e são extremamente raras.

O objetivo dos pesquisado-

res é tentar entender como estas algas chegaram até Florianópolis e se há nicho disponível para essas espécies viverem. Para isso, estão sendo feitos testes de DNA e análises de temperatura na água.

Alguns testes já revelaram que as algas foram encontradas ainda com vida, mesmo tendo feito um deslocamento de cerca de 3.000 quilômetros. Os pesquisadores acreditam que essa locomoção pode estar relacionada a eventos climáticos, trazendo estas espécies provavelmente da Patagônia, no Sul da Argentina, para o litoral brasileiro.

A bióloga responsável pela pesquisa, Manuela Batista, explica que espécies invasoras geram polêmicas entre os pesquisadores, pois a inserção de uma nova espécie aumenta a diversidade do ambiente, mas também pode ser uma excelente competidora e acabar prejudicando as espécies que vivem ali. ●

Eventos climáticos relacionados

■ O fenômeno, ainda não documentado no Brasil, pode estar relacionado com eventos climáticos que trazem estas espécies provavelmente da Patagônia, no Sul da Argentina, para o litoral brasileiro.

Manuela Batista diz que também há uma remota possibilidade de que elas tenham vindo da Austrália ou Antártida. A pesquisadora acredita que o ciclone que ocorreu no

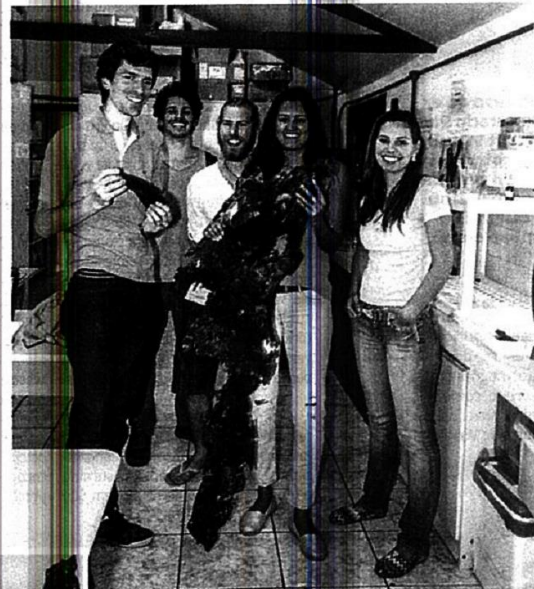
litoral gaúcho foi o responsável pela locomoção das algas numa corrente mais fria, o que possibilitou a sobrevivência dos espécimes. Os dados do NOAA (National Oceanic & Atmospheric Administration) registraram anomalias climáticas na costa no período em que as algas chegaram ao litoral catarinense, com a ocorrência de correntes muito frias para aquela época do ano, chegando a -1°C.

Alertas

O que a chegada das algas pode indicar?

■ O aumento de ciclones está diretamente relacionado com mudanças climáticas e a maior frequência de tais fenômenos pode alterar profundamente as características locais de cada ambiente.

■ O professor Paulo Horta, do Departamento de Botânica da UFSC, chama atenção para a ocorrência inesperada dessas algas, que podem preceder a chegada de outras espécies invasoras e prejudicar, por exemplo, a pesca e a maricultura na região.



Equipe do Laboratório de Ficologia da UFSC e abaixo os exemplares encontrados



Espécies poderiam se reproduzir

■ Analisando a temperatura média máxima do litoral de Santa Catarina, a *Macrocystis pyrifera* e a *Durvillaea antarctica* não são capazes de sobreviver, mas quando se faz a média com as temperaturas mínimas, é possível a adaptação.

As médias de temperatura são fornecidas pelo NOAA (National Oceanic & Atmospheric Administration). Depois de descobrir o local de origem das algas, o próximo passo da pesquisa será utilizar dados de temperaturas mais específicas da região e compará-las com as condições de Florianópolis. Existem termômetros instalados na Ilha do Arvoredo, Ilha do Xavier e na costa, em diferentes profundidades, que mantêm indicadores de temperatura desde 2014.

Essas algas sobrevivem até 20°C, que é uma temperatura bem comum em Santa Catarina. No inverno a média é de 17°C e no verão pode che-

gar a 28°C. Os termômetros instalados irão servir para descobrir se existe algum lugar específico onde elas consigam se instalar.

A ocorrência de kelps no litoral catarinense, que são correntes marítimas que vem do fundo da corrente do Oceano Atlântico mais central e ressurgem em duas regiões do Brasil: no Arraial do Cabo, no Rio de Janeiro, e no Cabo de Santa Marta até a Ilha do Arvoredo, em Florianópolis, também é outra possibilidade para o aparecimento das algas.

A água das correntes de ressurgência tem como característica a maior quantidade de nutrientes e temperaturas mais baixas.

Além da comparação de temperaturas, os pesquisadores estão realizando uma análise molecular para identificar o DNA dos espécimes e cruzá-los com amostras provenientes de um banco de dados mundial.

DIANA CAVALCANTE

MANUELA BATISTA/UFSC/ARQUIVO

Notícias do Dia Capa e Acervo Ditadura "Novos horrores revelados"

Novos horrores revelados / Acervo da Ditadura / Coletivo Memória, Verdade e Justiça / Regime Militar / IDCH / Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas / Faed / Udesc / Denúncia / Corrupção / Reitoria da UFSC



18/19. Acervo Ditadura NOTÍCIAS DO DIA
FLORIANÓPOLIS, SÁBADO E DOMINGO, 8 E 9 DE JULHO DE 2017

Novos horrores revelados

Detalhes sobre prisão e morte de Paulo Stuart Wright são informações inéditas de projeto

PAULO CLÓVIS SCHMITZ
pc@noticiasodia.com.br

Ele estava em estado tão deplorável na cela que um médico, discretamente, deixou uma cartela com 24 comprimidos para que se matasse e encurtasse aquela agonia. Apanhara muito, entrara e saíra da cama, mas queria viver – era muito jovem e ousada para se entregar, mesmo abaixo de tortura. Esta passagem, registrado em entrevista a "O Estado" em 1979, quando da volta a Santa Catarina, pode explicar a obsessão de Dierlei Catarina de Luca, professora por formação, militar de causas humanísticas por vocação, para descobrir o que foi possível sobre os crimes da ditadura no Brasil. O depoimento ao jornal faz parte de um amplo material doado no final de junho pelo coletivo Memória, Verdade e Justiça ao IDCH (Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas), vinculado à Faed/Udesc, em Florianópolis.

O Acervo da Ditadura – nome geral do projeto – está disponível para consulta, porém o primeiro contato sobrevém a vontade de espalhar o seu conteúdo (de resto, já tornado público) como forma de denúncia e de conscientização de quem não viveu os anos de chumbo e defende a volta dos militares ao poder. Não há regimes totalitários imunes à condenação histórica por seus atos, mas no caso brasileiro existem detalhes e peculiaridades que justificam a teimosia dos detratores em ir a fundo, tentar descobrir onde estão os torturadores remanescentes e desenterrar os ossos de quem desapareceu sem deixaram vestígios.

No caso do ex-deputado Paulo Stuart Wright, descobrimos quem prendeu, quem matou e quem deu fim ao corpo", diz Dierlei de Luca, jornalista com os resultados de seu trabalho e o de muitas outras pessoas movidas pelo mesmo objetivo. Pelas evidências do caso, foi constatado que o responsável pela morte de Wright foi o major Ubirajara Brandt Rodrigues, do Centro de Informações do Exército. Ele dirigiu toda a operação que começou com a prisão do deputado, num trem do subúrbio de São Paulo, em 1º de setembro de 1973, e terminou na "desova" num rio de Itapevi, a 30 quilômetros da capital paulista. Dierlei fechou o quebra-cabeças em 2015 e só agora revela a informação a um órgão de imprensa.

Segundo o jornalista Marcelo Godoy, no livro "A casa do vovô" – que traz o depoimento de várias testemunhas – quem cuidava dos interrogatórios e, posteriormente, dos assassinatos na Boate Querosene, centro clandestino de repressão em Itapevi, eram o capitão Elio Pimentel da Silva, o capitão Freddie Perdigão Pereira, o sargento Roberto Artoni, o sargento João de Sá Cavalcaniti Netto, o capitão André Leite Pereira Filho. ■

“ Poderia ter uma vida simples, como professora, mas não era esse o meu destino. Acho que faria tudo de novo.”

Dierlei de Luca

MARKO BANTAGIONE



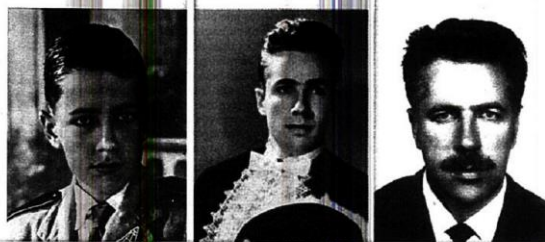
Stuart Wright ajudou Dierlei a fugir do país, quando estava asilado no Chile: "devo minha vida a ele"

A farsa do suicídio desvendada

■ Há 40 anos desencovendo informações, consultando arquivos e indo atrás de jornalistas e de familiares de presos, torturados e desaparecidos, Dierlei soube que muitas vítimas da ditadura foram mortos na Boate Querosene, perto de um rio onde os corpos eram atirados, quase sempre desmembrados. No livro "A casa do vovô" de Marcelo Godoy, o major Ubirajara Brandt admite ter desaparecido com o corpo de três opositores do regime – e Paulo Wright era um deles. Também havia uma lista de ojúlar em Cambaliyba, no município de Campos, no Rio de Janeiro, onde os mortos eram incinerados. Ali, em 1975, morreu outro catarinense, João Batista Rita, 25 anos, nascido em Braço do Norte. "Nesses casos, não há chance

sequer de encontrar as cinzas", lamenta a professora aposentada, comparando a prática às do Alemanha nazista.

A solução para o caso do primeiro prefeito de Balneário Camboriú, Higinio João Pio, assassinado na Escola de Aprendizagem de Marinheiros, em Florianópolis, em 3 de março de 1969, foi outro vitória do coletivo. Após anos tendo que engolir a versão mentirosa de suicídio, a família foi informada de que Pio foi morto na cela por motivos torpes, ligados a quizilas políticas em sua região e no Estado. O sonho de Dierlei, de relativo e de todos os que desejam ver a justiça prevalecer: é que o Ministério Público Federal peça a prisão dos executores e torturadores do período ditatorial que ainda estão vivos.



De professora primária a militante

“

No caso do ex-deputado Paulo Stuart Wright, descobrimos quem prendeu, quem matou e quem deu fim ao corpo.”

Derlei de Luca, ao citar o nome do major Ubirajara Brandt Rodrigues, do Centro de Informações do Exército, como responsável pela morte de Wright

O destino da jovem Derlei de Luca destoou da maioria, mas se aproximou, em termos de escolhas, de muitas trajetórias que foram tolhidas pela ditadura. Nascida em Içara, onde havia uma grande mina de carvão, ela estudou em Criciúma, cidade de forte tradição trabalhista. A família era politizada e, como professora primária, Derlei conheceu muitos alunos cujos pais foram presos após o golpe de 1964. Quando estudante, chegou a ir a um comício de João Goulart, o Jango, presidente que viria a ser deposto quando tentava implementar reformas de base. Como o mundo era pequeno ali, ela veio para Florianópolis em 1966 e cursou Pedagogia. Encontrou os diretórios acadêmicos fechados na universidade, e a primeira luta veio daí, a ponto de fazer parte do DCE, já reaberto, no ano seguinte.

Uma denúncia de corrupção na reitoria da UFSC, a repressão aos movimentos estudantis, os “congressinhos” que prepararam na surdina o grande encontro de Ibiúna, em São

Paulo – tudo isso foi importante, mas ficou para trás quando ela passou a trabalhar numa fábrica de tecidos em Curitiba para aprender a lidar com a classe operária. Paulo Stuart Wright fez o mesmo quando trocou a chance de uma carreira acadêmica pela função de ajudante de torneio mecânico. Era a oportunidade de estar perto dos trabalhadores, uma obsessão para os militantes e intelectuais de esquerda naqueles anos.

Do Paraná para São Paulo foi um pulo. Só que ali, quase por acaso, foi presa pela Operação Bandeirantes porque carregava algumas publicações com conteúdo contra o regime. Confundida com outra jovem procurada pelos militares, Derlei sofreu nas mãos dos torturadores, teve uma vértebra e alguns dentes quebrados. Ficou presa durante mais de dois meses e chegou a entrar em coma, mas quando viram o erro – apesar das revistas e da passagem por Ibiúna – não tiveram coragem de devolvê-la à família, pela precária situação de saúde em que se

encontrava. Foi aí que surgiu o médico com os comprimidos.

Recuperada, Derlei voltou para Santa Catarina, andou pela Bohia e Ceará, até se refugiar em Londrina (PR), cidade que considerou mais tranquila para ter o filho José Paulo. Quando o menino fez três meses, pediu a um hospital local para entregá-lo à sua mãe, em Içara, e tratou de sair do Brasil. Dois anos e meio depois, já em Cuba, depois de andar pela Argentina e pelo Chile (chegou lá no momento da deposição do presidente Salvador Allende), passou a criar o filho por conta própria. Sobreviveu à morte de Paulo Stuart Wright – espécie de guru de sua geração que a ajudou a fugir do país – quando estava assilada na embaixada do Panamá em Santiago. “Devo minha vida a ele”, declara.

Falando de tudo o que passou, Derlei diz não se arrepende de nada. “Poderia ter uma vida simples, como professora, mas não era esse o meu destino”, afirma. “Acho que faria tudo de novo!”



REPRODUÇÕES DANIEL QUEIROZ/NO

Quatro momentos de Paulo Stuart Wright, cujo corpo nunca foi encontrado

Onde eram assassinados os “chineses”

Os relatos de Derlei de Luca sobre a prisão em São Paulo, entre 1969 e 1970, as torturas que lhe foram impostas e a luta de quatro décadas para localizar os corpos dos mortos e desaparecidos só são menos candentes que sua luta por identificar os responsáveis pela repressão, sobretudo nos anos do governo Médici (1969-1974). Ela foi militante da AP (Ação Popular), o mais forte movimento de oposição à ditadura, que teve em Paulo Stuart Wright um grande expoente. Na cadeia, foi submetido ao “pau de arara”, palmatória e choques dados pelo investigador da polícia civil Walter Lang, que ela redescobriu há pouco tempo pesquisando no Google.

O desaparecimento de Paulo Wright, a quem conheceu quando tinha 14 anos, foi um tema a que se dedicou desde o final da década de 70. A primeira vez que a repressão reconheceu a morte do ex-deputado catarinense foi no livro “A casa da avó”, de Marcelo Godoy, onde há menções aos codinomes Agente Alemão (Walter Lang) e Agente Neusa (Beatriz Martins)

como participantes da operação de ocultação do corpo de Wright. O centro de repressão clandestino chamado de Boate Querosene, na Grande São Paulo, eram para onde iam os presos que tinham estado na China – caso de Wright, listado entre os “chineses” porque havia visitado o país oriental em razão de sua militância.

O agente Alemão fazia parte da equipe Curia, do DOI-Codi paulista, que seguiu e prendeu Paulo Wright no trem e foi quem, muitos anos antes, girou a máquina de choques nas torturas a Derlei na prisão. Quem controlava a Boate Querosene era o major Ubirajara Brandt Rodrigues, conhecido então como Doutor César. Ele também cooptou alguns “cachorros” (traidores) do Ação Popular na tentativa de liquidar esse movimento de luta contra o regime vigente.

Leia mais na edição de segunda-feira:
UMA COMISSÃO NA BUSCA DA VERDADE

Notícias do Dia Região

“O mestre da agricultura urbana”

O mestre da agricultura urbana / Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC / parceria / Zé da Minhoca / Luiz Carlos Vaz / Minhocultura / Agricultura Urbana

NOTÍCIAS DO DIA
FLORIANÓPOLIS, SÁBADO E DOMINGO, 8 E 9 DE JULHO DE 2017 **Região.25**

O mestre da agricultura urbana

Zé da Minhoca ensina em Palhoça como usar o minhocário para plantar e reduzir custos

FÁBIO BISPO
fabio@noticiasodia.com.br

Luiz Carlos Vaz, 64, já não lembra mais quando foi a primeira vez que viu uma minhoca californiana (*Eisenia foetida*) em ação. Quando pequeno, teve o primeiro contato com os invertebrados nos canteiros e hortas da avó, descendente de japoneses, em Caxias do Sul (RS). De lá vieram as vitaminas para um crescimento saudável e a paixão pela terra. Hoje, considerado uma espécie de agrônomo prático, ele carrega no nome o estigma do seu saber fazer e é mais conhecido por todos como Zé da Minhoca. Funcionário público municipal em Palhoça, ele vem transformando o modo como a comunidade local se relaciona com os restos orgânicos através da implantação dos chamados minhocários.

O ciclo que se retroalimenta — os restos de alimentos orgânicos entram no minhocário e soem como húmus para depois voltarem como restos novamente para a caixa — não é só visto como um processo alternativo para o tratamento da questão do lixo nas grandes cidades. Em pequenas e grandes escalas, o beneficiamento do resíduo através das minhocas é capaz de promover cidadania e, sobretudo, economia.

Cada tonelada de lixo que o município encaminha para o aterro sanitário custa R\$ 150,00 aos cofres públicos. Em uma cidade como Palhoça, que produz em média de 25 toneladas de restos orgânicos por dia, essa economia poderia passar de R\$ 100 mil por mês. “Esse é um sistema em que todos soem ganhando, a prefeitura, a comunidade e o meio ambiente”, afirma Zé da Minhoca. ■

1,5
tonelada de húmus são produzidas a cada 60 dias na horta comunitária mantida na região do bairro Madri, em Palhoça, com um minhocário de 18 metros



Luiz Carlos Vaz tem orgulho da horta que atende hoje 84 famílias no bairro Madri



Nos anos 1990, no acampamento do MST, no Oeste do Estado

Das maçãs aos agricultores sem terra

■ O trabalho efetivo com a minhocultura começou, para Zé da Minhoca, em 1990, quando foi para São Joaquim, na Serra Catarinense, trabalhar no cultivo de maçãs orgânicas. “O interesse deles era reaproveitar a sobra da lavoua na própria plantação. Foi aí que eu cheguei com o projeto dos minhocários”, lembra.

Em 1991 aportou na Enseada do Brito, bairro bucólico sempre lembrado pela tradição da pesca e das festas religiosas herdadas dos colonizadores açorianos. “Quando cheguei à Enseada com um monte de minhocas o pessoal achou que eu era louco. Lá naquela época se falava muito pouco de sustentabilidade no caso dos pessoas e tudo era muito novo por

aqui”, conta.

No ano seguinte, passou a apresentar a proposta em palestras, muitas em parceria com a Ufsc (Universidade Federal de Santa Catarina), de onde engatou uma nova empreitada: “Aí surgiu o projeto para levar agricultura urbana para assentamentos no interior do Estado. Passamos por Caçador, no lugar em que mais se produz erva mate, Correio Pinto, Curitiba, até São Domingos, no divisa com a Argentina, e ensinamos a técnica para membros do MST. Foi uma experiência muito bacana”. Ele conta que a equipe era formada por pessoas de diversas especialidades, desde enfermeiros, médicos assistentes sociais e um minhocultor.

Terapêutico e saudável

■ Em 1998 Zé da Minhoca se fixou como servidor do município de Palhoça. E desde então, baseado no Horto Florestal do Deifra, em Palhoça, tem sido a principal referência na cidade no reaproveitamento de orgânicos.

Um dos principais feitos, no qual não consegue esconder o orgulho ao falar, é o projeto realizado em parceria com a Eletrosul no Madri, onde a horta comunitária é mantida por 84 famílias.

“Esso é a agricultura urbana, que serve às pessoas. No Madri, o minhocário tem 18 metros e produz 1,5 tonelada de húmus a cada 60 dias. Isso tudo vira adubo para a horta sem agrotóxicos da comunidade. Os alimentos servem para o uso das próprias famílias e quando sobra eles vendem para a comunidade”, explica.

Também em parceria com a Eletrosul, no Gerene (Centro de Recuperação Nova Esperança), Praia de Fora, as funções do minhocário vão além, servem de atividade terapêutica no tratamento de aproximadamente 50 dependentes químicos. “Aqui eles acabam tendo que ter paciência com o tempo da natureza e depois têm um alimento bom para comer”.

Projetos semelhantes também já foram implantados na FCEE (Fundação Catarinense de Educação Especial), no Colégio da Polícia Militar em Florianópolis e na Escola Básica Prefeito Augusto Alchhoff, em Santo Amaro do Imperatriz, que em 2015 foi premiada com o Prêmio Epagri escola Ecológica Márcia Mortari.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

08/07/2017

Medicina

Maurício Carvalho homenageia J. Ângelo e Osvaldo

Toquinho, Ivan Lins e MPB4 trazem "50 anos de música" para

Florianópolis

Há 110 nascia Frida Kahlo, uma das mexicanas mais conhecidas do mundo

09/07/2017

Nota 5 no Enade renderá homenagem na Câmara ao curso de

Jornalismo da Uniplac

Elton Zuquelo